



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

Unidade Administrativa de Origem: Secretária Municipal de Administração e Planejamento - SEMAP

Secretária: Juciane Maia

Processo: 280/2025

1. INTRODUÇÃO

- 1.1.** As contratações governamentais produzem significativo impacto na atividade econômica, tendo em vista o volume de recursos envolvidos, os quais, em grande parte, são instrumentos de realização de políticas públicas. Neste sentido, um planejamento bem elaborado proporciona contratações potencialmente mais eficientes, visto que a realização de estudos previamente delineados conduz o conhecimento de novas modelagens/metodologias ofertadas pelo mercado, resultando na melhor qualidade do gasto e em uma gestão eficiente dos recursos públicos.
- 1.2.** Neste contexto, o presente Estudo Técnico Preliminar (ETP), conforme previsto na Lei nº. 14.133/2021, Art. 6º, XX que define o ETP como “o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento da contratação”, e com a finalidade de identificar e evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução por meio da documentação e reunião de elementos técnicos, mercadológicos, econômicos e ambientais necessários e suficientes para permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica, conforme consta no parágrafo primeiro do art. 18 da Lei n. 14.133/2021.
- 1.3.** Além disso, o art. 6º do Decreto Municipal n. 200/2024, Inciso IX, diz que: promover os atos necessários, bem como, adequações para a realização do procedimento licitatório, a exemplo do Estudo Técnico Preliminar, Análise de Risco e Termo de Referência ou Projeto Básico, conforme o caso, para atender aos requisitos de padronização e racionalização.



2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Fundamentação: descrição da necessidade da contratação considerado o problema ser resolvido sob a perspectiva do interesse público; (inciso I, do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

- 2.1.** A presente contratação tem por finalidade viabilizar a operacionalização do Programa Cartão Vale-Feira, instituído pela Lei Municipal nº 1.185/2025, o qual consiste em política pública voltada ao fortalecimento da agricultura familiar e ao fomento da economia local.
- 2.2.** A solução proposta busca garantir que os valores concedidos aos servidores sejam utilizados exclusivamente junto aos feirantes previamente credenciados, assegurando a correta destinação dos recursos públicos.
- 2.3.** A adoção de solução tecnológica mostra-se necessária para:
- garantir controle e rastreabilidade das transações;
 - evitar uso indevido dos recursos;
 - assegurar transparência na execução do programa;
 - permitir gestão eficiente do benefício.
- 2.4.** A inexistência de sistema próprio e a complexidade operacional inviabilizam a execução direta pela Administração, tornando necessária a contratação de empresa especializada.

3. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL – PCA

Fundamentação: demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração; (art. 18º, § 1º, Inciso II, da Lei n. 14.133/2021)

- 3.1.** A contratação encontra-se alinhada ao planejamento estratégico da Administração Municipal, sendo compatível com as diretrizes de fortalecimento da economia local e incentivo à agricultura familiar.



3.2. A presente demanda está inserida no Plano de Contratações Anual, em conformidade com as ações voltadas à implementação de políticas públicas socioeconômicas no âmbito municipal.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: descrição dos requisitos necessários para a contratação; (art. 18º, § 1º, Inciso III, da Lei n. 14.133/2021).

4.1. A contratação deverá contemplar solução completa para gestão do benefício, incluindo:

- emissão de cartões eletrônicos com chip ou tecnologia equivalente;
- disponibilização de sistema informatizado (web e aplicativo);
- controle de uso exclusivo na rede credenciada;
- fornecimento, instalação e manutenção de máquinas POS;
- possibilidade de pagamento via QR Code;
- rastreabilidade das transações;
- relatórios gerenciais;
- suporte técnico contínuo;
- mecanismos de segurança antifraude

4.2. A contratada deverá integral responsabilidade pela execução do objeto, incluindo custos operacionais, tecnológicos e logísticos.

4.3. Não haverá qualquer pagamento direto por parte da Administração, sendo a remuneração da contratada realizada exclusivamente por taxa administrativa incidente sobre os feirantes credenciados.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Fundamentação: estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala; (art. 18º, § 1º, Inciso IV, da Lei n. 14.133/2021).



5.1. Disponibilização imediata de 527 cartões, podendo chegar a 550 e 30 máquinas de Cartão, podendo chegar a 40 (conforme quadros abaixo).

QUADRO DE ESTIMATIVAS				
UNIDADE REQUISITANTE	Nº DE FUNCINÁRIOS	VALOR MENSAL (R\$)	VALOR ANUAL (R\$)	QTDE DE CARTÕES
SEMAP	140	35.000,00	420.000,00	140
SEMED	208	52.000,00	624.000,00	208
SEMAS	30	7.500,00	90.000,00	30
SEMSAU	149	37.250,00	447.000,00	149
Total	527	131.750,00	1.581.000,00	527

Valor unitário do Benefício: **R\$ 250,00** (duzentos e cinquenta reais) **por servidor**

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento - **SEMAP**, Secretaria Municipal de Educação - **SEMED**, Secretaria Municipal de Assistência Social - **SEMAS** e Secretaria Municipal de Saúde - **SEMSAU**.

PRODUTORES		CONTATO
1	ALDENY TEIXEIRA DOS SANTOS	69 99286-6907
2	ADRIANA CARLOTA REZENDE	69 99354-3225
3	ALCIR VIEIRA PAIVA	69 99338-4842
4	ALDISANDRA ROCHA VIEIRA	69 99216-0369
5	ANA CARLOS PEREIRA DA SILVA	69 99969-3338
6	CLAUDINEIA AFAONSO CORDEIRO	69 99301-9122
7	CLEIDE DA SILVA MEDEIROS BARBOSA	69 99218-1649
8	CRISTIANE ALVES	69 99275-0940
9	DINECREIA CAETANO DA SILVA DOS SANTOS	69 99942-8759
10	EDINALDO VIEIRA JONAS	69 99323-5527
11	ELIZANGELA ALVES DA SILVA ROCHA	69 99346-9735
12	FABIANA DE OLIVEIRA	69 99341-3256
13	FABIANA ROCHA DE FREITAS	69 99237-1651
14	IRENE DO AMARAL ALENCAR BARBOSA	69 99307-0940
15	IZABEL ZANARDO RODRIGUES ALENCAR	69 99233-1748
16	JOSE ELLER BARBOSA	69 99286-7145
17	JOYCE BARBOSA BARRETO REZENDE	69 99207-1364
18	JUNIA GRACIELA DE OLIVEIRA	69 99377-7794
19	KEDIMA ALVES DA SILVA BRITO	69 99270-8785
20	LUCIANA ELLER BARBOZA LOPES	69 99314-0670
21	LUZIA DA TRINDADE PASTER TEIXEIRA	69 99225-4918
22	MARIA DA PENHA ROCHA DIAS	69 99355-8395
23	MARILZA DE SOUZA	69 99246-5607
24	MATINHA MORAIS MARTINS	69 99359-1770
25	PEDRO ALVES CORREIA	69 99245-1061
26	SERGIO DA SILVA MEDEIROS	69 99207-1364
27	SIRLENE ALVES DE LIMA	69 9993637396
28	TEREZA DE CASSIA SILVA MACHADO	69 99391-1785

Quadro de Produtores ruais Ativos no Feirão do Agricultor Municipal



6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Fundamentação: levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar; (art. 18º, § 1º, Inciso V, da Lei n. 14.133/2021).

- 6.1.** O levantamento de mercado demonstrou a existência de empresas especializadas aptas à prestação dos serviços de administração e gerenciamento de benefícios por meio de cartões eletrônicos.
- 6.2.** Ressalta-se que, para fins de parâmetro regulatório, observa-se o Decreto Federal nº 12.712/2025, que estabelece referencial de taxa administrativa de até 3,6%, adotado como limite máximo para a contratação.

7. VALOR ESTIMANDO DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação; (art. 18º, § 1º, Inciso VI, da Lei n. 14.133/2021)

- 7.1.** Disponibilização imediata estimada Disponibilização imediata estimada em 527 (quinhentos e vinte e sete) cartões, com custo estimado para depósito mensal de R\$ **131.750,00** (cento e trinta e um mil e setecentos e cinquenta reais) mensais, podendo chegar a 550 cartões, com custo estimado para depósito em R\$ **137.500,00** (cento e trinta e sete mil e quinhentos reais) mensais. Sendo que para a vigência contratual de 12 meses o valor estimado de depósito é de R\$ **1.581.000,00** (um milhão quinhentos e oitenta e um mil reais).
- 7.2.** As quantidades estimadas no item anterior poderão ser aumentadas ou diminuídas durante a vigência do contrato, em conformidade com o quadro de servidores da Prefeitura Municipal de Urupá-RO.



8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Fundamentação: descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso; (art. 18º, § 1º, Inciso VII, da Lei n. 14.133/2021)

- 8.1.** A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviço contínuo de administração, gerenciamento, emissão, distribuição e fornecimento de cartões eletrônicos com chip de segurança e/ou tecnologia equivalente, bem como aplicativo compatível com os sistemas iOS e Android, com possibilidade de pagamento por QR Code, incluindo, obrigatoriamente, o fornecimento, instalação e manutenção de equipamentos de captura de transações (máquinas de cartão – POS), destinados à operacionalização do Programa Cartão Vale-Feira do Município de Urupá/RO, conforme descrição constante no Termo de Referência e nas estimativas apresentadas neste Estudo Técnico Preliminar.
- 8.2.** A presente contratação será realizada por meio de processo licitatório, na modalidade **Pregão**, nos termos do art. 6º, inciso XLI, da Lei nº 14.133/2021, em sua forma **eletrônica**, conforme disposto no art. 17, §2º, da referida lei, considerando que o objeto possui padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 29 da Lei nº 14.133/2021.
- 8.3.** O critério de julgamento será o de **MENOR TAXA ADMINISTRATIVA INCIDENTE SOBRE A REDE CREDENCIADA (FEIRANTES)**, nos termos do Termo de Referência, aplicada sobre as transações realizadas pelos estabelecimentos credenciados, observando-se o limite máximo de **3,6% (três inteiros e seis décimos por cento)**, conforme parâmetro referencial estabelecido no Decreto Federal nº 12.712/2025.
- 8.3.1.** Fica expressamente vedada a apresentação de proposta com **taxa administrativa negativa**, bem como a adoção de qualquer modelo que implique subsídio cruzado, compensação indireta de valores ou transferência de custos aos estabelecimentos credenciados, de modo a preservar a



exequibilidade da proposta, o equilíbrio econômico da contratação e a efetiva vantagem para a Administração Pública.

8.4. A solução compreende a prestação contínua dos serviços, incluindo:

8.4.1. emissão, fornecimento e gestão dos cartões eletrônicos destinados aos servidores beneficiários;

8.4.2. disponibilização de sistema informatizado para controle, acompanhamento e auditoria das transações;

8.4.3. credenciamento dos feirantes aptos à aceitação do benefício;

8.4.4. fornecimento, instalação, configuração e manutenção das máquinas de cartão (POS);

8.4.5. processamento, autorização e liquidação das transações realizadas no âmbito do programa;

8.4.6. disponibilização de aplicativo e canais de atendimento aos beneficiários e à Administração;

8.4.7. suporte técnico contínuo, inclusive para resolução de inconsistências operacionais.

8.5. Nesse sentido, a solução a ser contratada por meio de Pregão Eletrônico apresenta-se como alternativa adequada, eficiente e economicamente vantajosa, permitindo à Administração Municipal assegurar a execução do Programa Cartão Vale-Feira com controle, rastreabilidade, segurança operacional e utilização exclusiva dos créditos junto à rede de feirantes credenciados, contribuindo diretamente para o fortalecimento da economia local e da agricultura familiar, em conformidade com a finalidade pública instituída pela Lei Municipal nº 1.185/2025.

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: justificativa para o parcelamento ou não da contratação (art. 18º, § 1º, Inciso VIII, da Lei n. 14.133/2021).

9.1. A contratação será realizada em lote único devido à natureza integrada da solução, evitando prejuízos à eficiência e fiscalização.



10. RESULTADOS PRETENDIDOS

Fundamentação: demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis; (art. 18º, § 1º, Inciso IX, da Lei n. 14.133/2021)

10.1. Espera-se que a contratação assegure a manutenção da alimentação garantida por lei em caráter indenizatório aos servidores, de forma eficiente, integrada às soluções tecnológicas disponíveis no mercado. Além disso, conforme previsto no Art. 2º da Lei 1.185/2025 o “**Cartão Vale-Feira**” tem por objetivo fomentar a economia do pequeno produtor rural, incentivar o consumo de alimentos produzidos por pequenos agricultores no Município de Urupá, estimular a geração de renda fortalecendo o desenvolvimento local.

11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Fundamentação: providências a serem adotadas, pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual; (art. 18º, Inciso X, da Lei n. 14.133/2021)

11.1. A Administração deverá adotar providências prévias à execução contratual, tais como:

- disponibilização da base de dados dos servidores beneficiários;
- definição do cronograma de concessão dos créditos;
- designação de gestor e fiscal do contrato;
- acompanhamento inicial da implantação do sistema.

12. CONTRATAÇÃO CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Fundamentação: contratações correlatadas e/ou interdependentes; (art. 18º, § 1º, Inciso XI, da Lei n. 14.133/2021).



12.1. Não há previsão/necessidade de contratações correlatas e/ou interdependentes.

13.POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS DE TRATAMENTO

Fundamentação: descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável; ((art. 18º, § 1º, Inciso XII, da Lei n. 14.133/2021)).

13.1. A contratação apresenta baixo impacto ambiental, sendo predominantemente tecnológica.

Urupá/RO., 24 de março de 2026.

Elaboração do ETP:

Denize Wgiana Gervasio de Oliveira

Diretora de Planejamento



Assinado por: Denize Oliveira 24/03/2026 18:22:51 DOCUMENTO
ASSINADO DIGITALMENTE
